

RELATÓRIO QUADRIMESTRAL

3/2018

**OBSERVATÓRIO
DE GESTÃO PÚBLICA
DE LONDRINA**



RELATÓRIO DO TERCEIRO QUADRIMESTRE / 2018

SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2018

OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA DE LONDRINA

O Observatório de Gestão Pública de Londrina é uma instituição independente cuja principal meta é exercer o controle social dos gastos públicos. Nossa equipe é formada por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, todos dispostos a trabalhar voluntariamente pelo bem de nossa cidade e que, ressalta-se, não possuem quaisquer vínculos político-partidários.

Em meados de 2009, alguns londrinenses começaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos. Destes debates, foi idealizado o Observatório de Gestão Pública de Londrina. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29 de setembro do mesmo ano, em assembleia realizada no auditório da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL).

Em menos de um mês de sua fundação, e inaugurada a sede da instituição, que conta atualmente com vários profissionais voluntários, dois analistas de licitações, um auxiliar administrativo e uma estagiária do curso de contábeis. Começa assim o trabalho do Observatório em prol da correta aplicação dos recursos públicos através de um controle social propositivo e preventivo.

A iniciativa espelhou-se no sucesso obtido pelo Observatório Social de Maringá, que também funciona como uma ferramenta concreta de monitoramento de compras públicas e de educação fiscal. Atualmente, o Observatório de Gestão Pública de Londrina faz parte da rede de observatórios coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB), que já congrega unidades em todo o Brasil.

MISSÃO

Atuar no controle e otimização da aplicação dos recursos públicos em Londrina

VISÃO

Ser reconhecida como instituição representativa da sociedade londrinense quanto à preservação dos princípios éticos e da eficiência na administração pública.

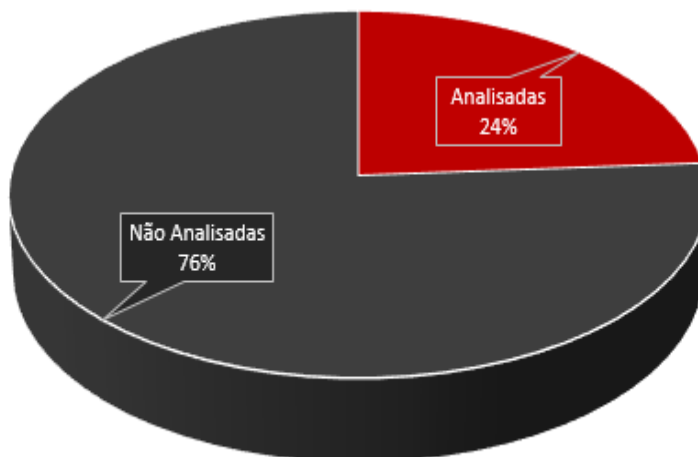
VALORES

Legalidade;
Conduta ética;
Perseverança;
Apartidarismo;
Transparência;
Gestão democrática;
Cooperação com outras instituições;
Entidade aglutinadora da Sociedade.

O Observatório analisou aproximadamente

24%

Das licitações,
em volume financeiro (R\$)
no terceiro quadrimestre!



■ Analisadas ■ Não Analisadas

Foram analisadas licitações da administração pública municipal direta e indireta, incluindo a PML – Prefeitura Municipal de Londrina, CMTU – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, COHAB – Companhia de Habitação, e SERCOMTEL, além de uma licitação da UEL.

R\$ 34.750.522,64

Volume de recursos monitorados no quadrimestre

Atuações extra licitação:

- Estudo e elaboração de relatório sobre as dispensas de licitações realizadas pela CAAPSMML entre 2017 e 2018
- Discussões a respeito da próxima contratação de transporte público
- Prêmio Boas Práticas na Administração Pública 2018
- Evento Observatório em evidência
- Estudo sobre o gasto do executivo municipal com *coffee-break*
- Acompanhamento da Falta de transparência de Conselhos Municipais.
- Solicitação da Construção de um Organograma Geral da Prefeitura de Londrina-PR.
- Questionamento sobre qual órgão é responsável pela sinalização pública.

Licitações analisadas no terceiro quadrimestre 2018

Órgão	Mod.	Número	Objeto	Valor Máx.
PREFEITURA	PP	0230/2018	Prestação de serviço de refeição, para a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	R\$ 27.176,00
PREFEITURA	PP	0188/2018	Registro de preços para a eventual aquisição de material de expediente.	R\$ 923.821,02
PREFEITURA	PP	0176/2018	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva da frota da Administração, com o fornecimento de peças, acessórios e componentes.	R\$ 7.993.347,00
PREFEITURA	PE	0251/2018	Aquisição de Brinquedos e Parque Infantil.	R\$ 125.085,06
PREFEITURA	CP	0013/2018	Execução das obras para o Alargamento da Av. Prefeito Faria Lima no Município de Londrina/PR.	R\$ 6.906.971,17
PREFEITURA	PP	0185/2018	Prestação de serviços de Transporte e Aplicação de Concreto Asfáltico Usinado a Quente-C.A.U.Q.	R\$ 3.947.604,00
PREFEITURA	CP	0014/2018	Concessão de uso a título oneroso de área do Centro Administrativo da Prefeitura para exploração econômica de serviços de cafeteria e lanchonete.	R\$ 45.000,00
PREFEITURA	CP	0018/2018	Prestação de Serviços para Elaboração e Execução de Projetos de Trabalho Social/PTS, fase de pós ocupação Residencial Vista Bela.	R\$ 1.530.573,56
PREFEITURA	PE	0199/2018	Aquisição de macas retráteis para ambulâncias.	R\$ 86.799,90
PREFEITURA	PP	0223/2018	Registro de Preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios.	R\$ 335.413,30
CMTU	PP	237/2018 FUL	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados em capina e roçagem manual e/ou mecanizada, além da limpeza geral da área roçada, da coleta e do transporte dos resíduos provenientes destes serviços.	R\$ 7.300.779,38
PREFEITURA	PP	0226/2018	Registro de preços para a eventual aquisição de Materiais Médico Hospitalares.	R\$ 2.677.310,45
PREFEITURA	PE	0205/2018	Registro de preços para a eventual aquisição de produtos descartáveis: Fraldas infantis e geriátricas, absorventes e Roupas íntimas.	R\$ 670.657,80
UEL	PP	0119/2018 (HU)	Registro de preço de antibiótico para o hospital veterinário-UEL e hospital universitário-UEL.	R\$ 2.179.984,00
TOTAL				R\$ 34.750.522,64

Licitações: Casos de destaque

PML - PP 0230/2018 – Prestação de serviço de servimento de refeição, para a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Houve licitação para contemplar a Secretaria de Assistência Municipal para a realização da “X conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente”. Foram identificados diversos problemas como a inadequação das exigências dos objetos com o público alvo, composto por crianças e elevado preço cotado para cada pessoa.

Como exemplo, cita-se a obrigatoriedade da contratada dispor de Bandejas, baixelas, réchauds, talheres e *sousplats* serem de metais/inox, jarras, taças e copos em vidro. Questiona-se: Não seria mais adequado a utilização de jarras, taças e copos que não fossem de vidro a fim de garantir a segurança dos menores não expondo-lhes a risco de ferimento em eventual acidente com vidro?

Questiona-se, ainda, a incongruência entre a necessidade de ter um nutricionista (17.1 do termo de referência) e ao mesmo tempo ser requisitado refrigerante (18.3.2 do termo de referência). Ademais, não há no edital e nem no termo de referência a especificação do preço de cada item, sendo que o critério de julgamento adotado para as propostas é o de “menor preço por item”.

Ao analisar os preços constantes neste edital, vislumbra-se que cada lote possui um valor que parece estar elevado em relação aos preços praticados no mercado, visto que o valor de cada lote está cotado em R\$ 33,97 de acordo com a divisão do valor total do certame pelo número de convidados do evento.

Questiona-se neste ponto a necessidade de tal valor visto que metade dos participantes do evento serão crianças e adolescentes e, portanto, presume-se que estes irão consumir uma quantidade menor do que a outra metade dos convidados composta por pessoas adultas.

Após questionamento realizado pelo observatório, o edital foi suspenso.

PML - PP 0251/2018 – Aquisição de Brinquedos e Parque Infantil.

A licitação 0251/2018 contemplava a Secretaria Municipal da Educação para aquisição de brinquedos e parque infantil para as unidades de Proinfância. Alguns pontos para discussão foram levantados:

- Descrição de diversos objetos com cores específicas (detalhamento excessivo do objeto) que pode restringir concorrência. Não há justificativa pedagógica para a exigência.
- Brinquedos em madeira são mais caros que brinquedos de plástico, questiona-se a necessidade de ser de madeira e por este motivo pagar mais caro pelo produto.
- A justificativa do edital (presente no termo de referência) diz que a aquisição de brinquedos trata-se de uma proposta pedagógica. Questiona-se deste modo qual a proposta pedagógica de alguns brinquedos, já que não é demonstrado no edital, em brinquedos como por exemplo “geladeira duplex”, “pia de cozinha”, “fogão”.

O contrato resultante do certame está sendo monitorado para verificação da entrega no ano de 2019.

CMTU - PP 237/2018 – Capina e roçagem.

Foi realizada a análise do edital de Licitação do Pregão PP nº 0237/2018, com valor máximo de R\$ 7.278.183,60 (sete milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e oitenta e três reais e sessenta centavos), que tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de capina e roçagem das áreas públicas do Município de Londrina.

Analisando a descrição dos materiais e equipamentos que a contratada deveria possuir para participar do certame, bem como prestar os serviços de capina e roçagem, percebeu-se aparente exagero e desproporcionalidade que indicava, em tese, possível direcionamento. São características que, em primeiro plano não possuem justificativa razoável, como se vê nos exemplos a seguir: Obrigatoriedade da contratada dispor de Óleo 2 tempos para roçadeiras e sopradores, da marca Stihl que é próprio, unidade de 500ml; e maquinário pesado tais como carreta semirreboque, caminhão basculante, caminhão compactador. Ainda, observou-se a ausência de critérios objetivos de fiscalização dos serviços prestados, uma vez que é necessário que se conste na minuta contratual os critérios a serem utilizados para a fiscalização dos serviços prestados a fim de garantir maior transparência e segurança jurídica para o procedimento como um todo.

Questionou-se, ainda, que no contrato vigente para capina e roçagem da região norte, em seu aditivo (aditivo 5), apresenta-se uma quantidade de 29 funcionários, e a nova licitação requer 65 funcionários para a região norte. Dessa forma, como é possível no contrato vigente executar o contrato com a quantidade atual, e não é possível na nova licitação, aumentando o número significativamente?

Estes foram alguns dos muitos apontamentos encontrados pelo Observatório e enviados à CMTU em ofício de impugnação e questionamento. A CMTU suspendeu o certame a fim de responder todas as impugnações e questionamentos realizados.

Ao fim de sua análise, a CMTU acatou alguns pontos elucidados pelo Observatório e relançaram o edital com modificações.

Atuações extra licitação:

TRANSPORTE PÚBLICO: Discussões a respeito da próxima contratação

O Observatório está acompanhando o processo de contratação referente ao transporte público de Londrina.

O contrato de concessão do serviço atual irá vencer em janeiro de 2019 e o poder público começou a trabalhar com a nova contratação aproximadamente em maio¹.

No dia 07/jun foi realizada uma reunião sobre o transporte público de Londrina onde estavam presentes algumas entidades e órgãos públicos, como, por exemplo, representantes do OGPL, NIGEP-UEL, CMTU, Procuradoria-Geral do Município, Secretaria Municipal de Gestão Pública e IPPUL. Depois desta foram agendadas mais algumas reuniões para discutir o assunto.

O principal problema envolvendo o transporte público está no descompasso dos cronogramas. Mais uma vez o poder público deixou tudo para a última hora e perdeu os prazos. O contrato do transporte coletivo vencerá em janeiro de 2019, porém a licitação para a contratação de uma consultoria para elaborar o Plano de Mobilidade Urbana e estudos de um novo modelo de transporte público só foi lançada em abril e as propostas técnicas das empresas apresentadas em junho de 2018. O prazo definido em edital para elaborar o plano e os estudos que embasariam uma nova contratação é de 12 meses após a assinatura do contrato. Estamos em julho e o contrato ainda não foi assinado, ou seja, na melhor das hipóteses o Plano de Mobilidade Urbana ficaria pronto em julho de 2019 (sem contar as discussões e audiências públicas para a definição de um modelo com a participação popular), 6 meses depois do vencimento do atual contrato das empresas de transporte público.

As discussões destas reuniões lideradas pela CMTU tinham como objetivo traçar alternativas para solucionar o problema da falta de planejamento e atraso do poder público para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. As principais alternativas em discussão seria: (1) prorrogar o contrato atual por mais 1, 2 ou 3 anos para que o plano estivesse concluído e para que fosse elaborada um termo de referência e edital de licitação

¹ Transporte coletivo em Londrina vai ter mudanças a partir de novo contrato: <https://cblondrina.com.br/materias/transporte-coletivo-em-londrina-vai-ter-mudancas-a-partir-de-novo-contrato>

de qualidade; ou (2) elaborar uma nova licitação para a concessão do serviço por mais 15 anos e, com o estudo finalizado, implementar as mudanças no contrato.

Os problemas da alternativa 1 estão ligadas aos problemas já existentes no contrato como, por exemplo, a previsão de pagamento aos investidores por lucros (altos) e retorno sobre o investimento. Já os problemas da alternativa 2 são relativos a um certo tipo de direcionamento para as empresas que já operam o serviço, já que o novo edital de licitação replicaria o mesmo método de execução dos serviços (já que o plano de mobilidade ainda não foi aprovado).

Na última reunião relativa ao assunto, em que representantes do Observatório estavam presentes, a maioria dos participantes preferiu a adoção da alternativa 2 – elaborar uma nova licitação para a concessão do serviço por mais 15 anos e, com o estudo finalizado, implementar as mudanças no contrato. O Observatório não estava a favor.

Durante as reuniões algumas informações foram dadas a respeito de todo o processo e do atraso para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, que parece ter sido um atraso proposital. Diante disto, o Observatório começou a analisar o caso com mais cuidado e enviou alguns ofícios pedindo informações relativas a contratação do transporte público, questionando algumas questões a respeito deste caso, solicitando os contratos, aditivos e apostilamentos e as planilhas de preços do transporte público.

Também fomos à imprensa relatar sobre o descompasso entre a finalização do contrato e do plano de mobilidade, cobrando que fosse investigado o responsável por tal atraso, além de solicitarmos uma audiência pública para que um assunto tão sério como esse fosse aberto a toda a população londrinense.

Após várias discussões a CMTU publicou a Concorrência 021/2018 (no fim de novembro, publicado no dia 26/11/2018 no Diário Oficial). Como já previsto pelo Observatório, o edital gerou várias polêmicas, uma destas foi o posicionamento da empresa atual alegando que não participará deste edital, por não concordar com vários pontos do edital e do futuro contrato.

Com as várias polêmicas envolvidas finalmente a CMTU entendeu que não daria tempo de realizar a nova licitação e finalizar a contratação antes do encerramento do contrato atual. Deste forma, no dia 07/jan de 2019 a CMTU solicitou às empresas que atualmente operam o transporte coletivo para que prorroguem o contrato por mais 6 meses². No dia 10/jan as empresas informam que aceitam a prorrogação proposta³.

É importante notar, que diante de tantos impasses, a posição do Observatório foi de trazer à sociedade a discussão de um tema tão importante para todos. Somente após irmos à imprensa defendendo a ideia de discussão entre a sociedade para se buscar a melhor solução é que a audiência pública foi realizada.

² CMTU notifica empresas para prorrogação do contrato do transporte coletivo: <https://www.paiquere.com.br/cmtu-notifica-empresas-para-prorrogacao-do-contrato-do-transporte-coletivo/>

³ TCGL e Londrisul aceitam prorrogar contrato com a CMTU por mais seis meses em Londrina. <https://cblondrina.com.br/materias/tcgl-e-londrisul-aceitam-prorrogar-contrato-com-a-cmtu-por-mais-seis-meses-em-londrina>

Dispensas da CAAPSML: análise

Ao analisar as licitações da CAAPSML, verificou-se um grande volume de dispensas realizadas durante o período de 2017 e 2018. Diante de tais dados, questiona-se qual o provimento financeiro (se público ou privado) destas dispensas e, além disso, a dotação destinada a CAAPSML e suas fontes.

Ao analisar as planilhas, solicitadas e posteriormente enviadas ao Observatório, constatou-se inicialmente a presença de diversos erros que foram estudados pormenorizadamente e incluídos em um relatório. Para complementação do relatório foi necessário a solicitação de informações como o provimento financeiro destas dispensas, a dotação destinada a CAAPSML e o motivo de haver mais de uma empresa participando de uma mesma dispensa.

Percebeu-se, por exemplo, ao analisar as dispensas, a presença de mais de uma empresa sendo solicitada na dispensa de um mesmo item, a título de exemplo têm-se o item “transdutor de pressão” que foi solicitado tanto pela “Import Service Material Hospitalar LTDA” quanto pela empresa “Luiz Fernando Zimer Eireli”. O que nos fez questionar o motivo de haver mais de uma empresa participando de dispensas de um mesmo item. Além do exemplo citado, em suma os problemas encontrados foram:

- Mais de uma empresa responsável por uma mesma dispensa;
- Valores de dispensas não correspondem com valores dos itens;
- Itens com preços exorbitantemente diferentes em momentos diversos;
- Objetos solicitados com grande frequência, o que poderia ser feito através do Registro de Preço
- Empresas com nomes muito semelhantes, apenas com algumas diferenças;
- Como os preços nas planilhas foram modulados;
- A dotação orçamentária da CAAPSML;
- O financiamento das dispensas, se público ou privado

Após finalização do relatório, foi marcada uma reunião dia 05/12/2018 com Klebber Cruz Duarte, responsável pelas licitações da CAAPSML e responsável pelas planilhas enviadas ao Observatório, para esclarecer nossos questionamentos e entregar um relatório com a resposta.

Muitos dos problemas inicialmente detectados foram elucidados, e a equipe da CAAPSML se colocou à disposição para aprimoramento dos pontos que eles apresentam dificuldades, inclusive se apoiaram a ideia de nos receberem lá, para ajudar em alguns esclarecimentos e dúvidas.

CONSELHOS MUNICIPAIS: Falta de transparência

Ao acessar o site da Prefeitura Municipal de Londrina, foi possível constatar que não havia informações suficientes acerca dos Conselhos Municipais como a lista atual da composição atual de conselheiros, as atas das reuniões feitas e a o calendário das próximas reuniões. Por este motivo foi enviado ofício a Prefeitura que disponibilizasse tais dados.

Após ofício enviado, houve visita de um funcionário da Controladoria-Geral do Município que se comprometeu em cobrar estas informações e disponibiliza-las no site da Prefeitura de Londrina. As informações ainda não foram atualizadas no site e não houve ofício de resposta.

Mediante tal contexto, foi encaminhado ao Ministério Público ofício para que este se incumbisse de tomar providências quanto a falta de transparência dos Conselhos Municipais no site da Prefeitura de Londrina.

Andamento: A denúncia foi aceita pelo MP.

Próximo passo: Acompanhar providências do MP.

Construção de um Organograma Geral - Prefeitura

A busca pela máxima transparência das atividades desempenhadas não se relaciona exclusivamente com o fornecimento de informações, mas também encontra-se estritamente ligada à divulgação de fácil, ligeiro e compreensivo acesso.

Em consulta ao site oficial da Prefeitura, vislumbra-se que não há uma disposição de todos os órgãos, secretarias, suas diretorias e gerências, bem como de todos os funcionários com capacidade decisiva e suas respectivas lotações dentro da referida organização municipal.

O conhecimento acerca da composição e arranjo de todos os órgãos que compõem a estrutura da Prefeitura de Londrina apresenta suma importância para viabilizar o contato e o acesso do cidadão à repartição pública a que pretende se dirigir ou alcançar.

Consoante isso, enviamos ofício solicitando a construção e disponibilização de um organograma geral da PML, de modo a garantir à população londrinense o acesso amplo e irrestrito à informação concernente ao corpo da Prefeitura.

Andamento: O controlador do Município compareceu ao OGPL e apresentou o organograma solicitado anteriormente.

Prêmio “Boas Práticas na Administração Pública 2018”

O Prêmio teve sua segunda edição neste ano de 2018, dentro da V Semana de Transparência e Controle Social de Londrina, evento que foi realizado de 05 a 07 de novembro de 2018.

O tema da premiação “boas práticas na administração pública”, abrangeu projetos das seguintes áreas: (a) Transparência e eficiência; (b) Controle social e participação da comunidade; (c) Promoção da cidadania; e teve como objetivo:



1. Identificar e dar publicidade aos bons projetos que vêm sendo desenvolvidos pelos órgãos públicos com atuação em Londrina.
2. Premiar e incentivar as inovações promovidas pela administração pública, com vistas ao controle social, participação da comunidade, transparência, eficiência e promoção da cidadania, valorizando os esforços e fomentando novas iniciativas.
3. Auxiliar na construção de um ambiente cada vez mais cooperativo entre servidores públicos, em favor da qualidade da administração pública e dos serviços oferecidos por ela.

Diversos projetos foram inscritos e no dia 07 de novembro de 2018 houve a premiação em cerimônia pública, com a presença de diversas entidades e cidadãos, no qual os 10 projetos finalistas apresentaram sua prática aos jurados e convidados, e os 5 finalistas foram selecionados e entregues trofeus com certificados.

Evento “Observatório em Evidência”



No dia 06 de outubro de 2018 realizamos o evento *Observatório em Evidência*, do qual teve o objetivo de divulgar os trabalhos feitos pelo OGPL, apresentando o que é a instituição e qual o seu fim, em como convidar a população para acompanhar e atuar nas fiscalizações da cidade de Londrina.

O evento foi bem movimentado, do qual realizamos entrega de panfletos, entrevistas com os populares que quiseram deixar sua mensagem para o município, banners e apresentação oral, vestidos com coletes identificados do Observatório.

Ao final de todo evento, estamos produzindo um pequeno resumo com “trailer” para apresentação ao prefeito e mídias.

Questionamento sobre qual órgão é responsável pela sinalização pública.

Em análise às licitações, o Observatório percebeu uma dualidade da responsabilidade pelos semáforos do município. Explica-se: O estatuto social da SERCOMTEL dispõe no Art. 2, alínea “c” que o objeto social é “montar, reparar, instalar sistemas e equipamentos de sinalização (inclusive semáforos).”, isto é, o contrato celebrado entre a SERCOMTEL com a Prefeitura do Município de Londrina firma a obrigação da contratada de prestar os serviços de manutenção de sinalização de tráfego na cláusula oitava §1, inciso IV.

No entanto, verificou-se uma série de licitações da CMTU acerca de registro de preços para manutenção de semáforos em 2016, ao passo que não há no histórico de licitações da SERCOMTEL uma licitação sequer sobre este objeto.

Diante do fato posto, questionou-se porque a CMTU foi responsável pela manutenção da sinalização de tráfego, mesmo após a legislação municipal ter incumbido a SERCOMTEL desta função desde 2015.

Andamento: A CMTU se manifestou dizendo que seu contrato prevê que ela seria responsável pela sinalização pública e não a Sercomtel, porém não se manifestou acerca da previsão feita no Estatuto Social da Sercomtel Iluminação S.A.

Próximo passo: Questionar a Sercomtel Iluminação S.A quanto a previsão em seu Estatuto Social.

PARCEIROS E PATROCINADORES

O Observatório de Gestão Pública de Londrina agradece a todos os parceiros que nos apoiaram no terceiro quadrimestre de 2018

Pessoas Jurídicas

Parceiros



DIRETORIA

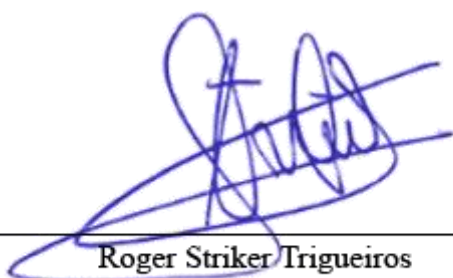
Presidente Roger Striker Trigueiros	Vice-Presidente Rafael Carvalho Neves dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro Waldomiro Carvalho Grade	Vice-Diretor Administrativo-Financeiro Emerson Rogerio Rodrigues
Diretora de Controle Social Vera Lucia Tieko Suguihiro	Vice-Diretora de Controle Social Rosane Fátima Silva Fiori
Diretora de Relações Institucionais Ana Paula dos Santos	Vice-Diretora de Relações Institucionais Rosemary Batista de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Fabiano Abucarubi
João Delfino Resende de Pádua

EQUIPE

Assessoria Administrativa	Jaqueline Claudino da Silva
Assessoria Jurídica	Pedro Henrique Linares Gil
Estagiário de direito	Gabriel Barioni de Alcântara e Silva
Estagiário de direito	Jonathan Paulino Santos Reis
Assessoria de Comunicação	Carolina de Faria Avansini Erika Zanon Romeiro



Roger Striker Trigueiros
Presidente